

# Plugin de acessibilidade para sites Governamentais

João Victor Pereira dos Anjos

Jan 2025

## Sumário

|          |                                     |          |
|----------|-------------------------------------|----------|
| <b>1</b> | <b>Resumo</b>                       | <b>1</b> |
| <b>2</b> | <b>Resumo</b>                       | <b>1</b> |
| <b>3</b> | <b>Introdução</b>                   | <b>1</b> |
| 3.1      | Metodologia . . . . .               | 3        |
| 3.1.1    | Análise de Requisitos . . . . .     | 4        |
| 3.1.2    | Desenvolvimento do Plugin . . . . . | 6        |

## 1 Resumo

## 2 Resumo

This is the first section.

Lorem ipsum dolor sit amet, consectetur adipiscing elit. Etiam lobortis facilisis sem. Nullam nec mi et neque pharetra sollicitudin. Praesent imperdiet mi nec ante. Donec ullamcorper, felis non sodales..

## 3 Introdução

A palavra acessibilidade, sua origem etimológica é derivada do latim *accessibilitas* e significa “condição para utilização, com segurança e autonomia,

total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2025).

No Brasil, a acessibilidade é um direito garantido pela Constituição Federal de 1988, pela Lei Brasileira de Inclusão (LBI) de 2015 (BRASIL, 2015) e por normas técnicas específicas, como a NBR 9050/2015 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT, 2015). Essas legislações estabelecem parâmetros para a promoção da acessibilidade em espaços públicos e privados, visando a inclusão de pessoas com deficiência física, visual, auditiva, intelectual e múltipla.

No âmbito digital a acessibilidade web é um pilar fundamental para a inclusão, o WCAG 2.1/2.2 (W3C, 2024) sendo um conjunto de diretrizes internacionais para a acessibilidade de conteúdo web, tem por objetivo, tornar os sites mais acessíveis para as pessoas com deficiência visual, auditiva, motora e cognitiva, garantindo a igualdade de acesso à informação e aos serviços online. O eMag é um modelo nacional de acessibilidade em governo eletrônico que estabelece diretrizes para a promoção da acessibilidade em sites governamentais, com o objetivo de garantir a inclusão digital e o acesso à informação para todos os cidadãos Brasileiros.

A Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), como uma instituição pública, gerencia uma grande quantidade de sites e portais, que são regularmente atualizados por diversas pessoas, como professores, pesquisadores, bolsistas e servidores, da qual chamamos de conteudistas. A diversidade de conteúdos e responsáveis torna o processo de garantia de acessibilidade primordial para atender a legislação e promover a inclusão digital.

A fim de divulgar as informações referentes aos seus setores e atividades a Universidade Federal de Juiz de Fora, UFJF, através do Centro de Gestão do Conhecimento Organizacional (CGCO), é responsável por controlar a disponibilização de sites, a padronização dos layouts e o suporte técnico. Para a sustentação desse serviço, é utilizado o CMS WordPress (FOUNDATION, W., 2003), uma plataforma de gerenciamento de conteúdo que permite a criação e manutenção de sites de forma simplificada e intuitiva.

Neste cenário o temos uma complexidade ao realizar auditorias manuais, que consomem tempo e recursos, e principalmente a falta de ferramentas centralizadas dentro da UFJF para aplicar o Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico (GOVERNO FEDERAL BRASILEIRO, 2004), conhecido como eMag, e as Diretrizes de Acessibilidade para Conteúdo Web (W3C,

2024), conhecidas como WCAG, visto que esse documentos estabelecem parâmetros técnicos para essa inclusão.

Em uma análise preliminar avaliando a presença de elementos de acessibilidade nos sites da UFJF, foi identificado que boa parte apresentavam falhas de acessibilidade, como imagens sem texto alternativo e baixo contraste de cores, limitando o acesso de usuários com deficiência visual. Além disso, a falta de padronização e de um processo de auditoria contínuo dificulta a identificação e correção dessas falhas, comprometendo a qualidade e a usabilidade dos sites.

Diante deste desafio, este artigo propõe uma solução técnica inovadora para o contexto da UFJF, baseada em um plugin WordPress de auditoria de acessibilidade que integra tecnologias modernas de automação, análise técnica e processamento de dados. O sistema opera como um serviço independente, com suporte a regras WCAG 2.1/2.2 e eMAG, permitindo avaliações em tempo real e personalização de regras de acessibilidade.

A ferramenta não apenas otimiza processos técnicos, mas democratiza a fiscalização de acessibilidade, empoderando conteudistas não especialistas com dados claros e de fácil identificação. Este trabalho visa, portanto, contribuir para o debate sobre automação e inclusão digital, sugerindo um modelo que buscam alinhar-se às exigências legais e éticas da acessibilidade web, dentro do escopo do eMag, WCAG 2.1/2.2 e o contexto de cada organização.

### 3.1 Metodologia

Diante do contexto apresentado a seguinte metodologia proposta neste trabalho para a implementação do sistema de auditoria de acessibilidade, é dividida em três etapas principais: análise de requisitos, onde são identificadas as necessidades da UFJF e feitos testes com ferramentas de acessibilidade já existentes; desenvolvimento do plugin, onde são definidas as tecnologias à serem utilizadas, a arquitetura do sistema, a implementação das funcionalidades e a integração com o WordPress Multi-Sites; e por fim, a avaliação da ferramenta, onde são feitos testes de usabilidade e de acessibilidade, com o objetivo de validar a eficácia do plugin.

Fragmentando a metodologia em etapas, é possível garantir um desenvolvimento mais organizado e eficiente, com foco na qualidade e na usabilidade do sistema. Além disso, a divisão em etapas permite a identificação de possíveis problemas e a realização de ajustes ao longo do processo, garantindo a entrega de um produto final que atenda às expectativas e necessidades da

UFJF.

### 3.1.1 Análise de Requisitos

A primeira etapa consiste na análise dos requisitos do sistema, com base nas necessidades da UFJF e nas diretrizes de acessibilidade. Para isso, a partir de reuniões com a equipe de TI e conteudistas, chegou-se a um conjunto de funcionalidades essenciais para o plugin, como: integração com o WordPress Multi-Sites, avaliação em tempo real, suporte as diretrizes de acessibilidade, relatórios claros e simples, personalização de regras a serem avaliadas e a possibilidade de visualização de erros e sugestões de correção.

Como já citado, ter o suporte as regras WCAG 2.1/2.2 e eMAG é fundamental para garantir a conformidade dos sites da UFJF com as normas de acessibilidade. Além disso, a utilização de um sistema como o CMS WordPress dentro da UFJF é uma realidade, e portanto, a integração do plugin de acessibilidade com essa plataforma não só é desejável, como também é essencial para garantir que os relatórios possam ser facilmente compreendidos, visto que os conteudistas da UFJF responsáveis pela atualização dos sites, muitas vezes não possuem conhecimento técnico em relação à elementos HTML, CSS e JavaScript, o que torna-se relevante a disponibilização dos relatórios de forma claros e simples, e facilmente seguidos para a correção dos erros.

É importante notar que o WordPress permite a padronização de layouts, e certos elementos das páginas são gerenciados pelos temas desenvolvidos pelos desenvolvedores da UFJF, portanto, tais elementos não são passíveis de alteração pelos conteudistas, o que torna a avaliação de acessibilidade desses elementos não necessária para o conteudista, sendo assim, o plugin deve permitir a personalização tanto das regras a serem avaliadas, quanto dos elementos.

Uma API REST (RED HAT, 2023), é uma interface de programação de aplicações, que permite a comunicação entre sistemas, e é amplamente utilizada para integração de sistemas e serviços. A utilização de uma API REST somente para a geração dos relatórios em tempo real, sem a necessidade de armazenamento, é uma solução mais eficiente e escalável, visto que a UFJF possui uma quantidade bastante significativa de sites (Inserir Valor), e armazenar todos os relatórios de acessibilidade em um banco de dados, é tarefa que consumiria muitos recursos e espaço em disco, tornando inviável tal abordagem.

Em fase preliminar ao desenvolvimento do projeto, realizamos testes com o AccessMonitor (MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA, 2021), uma ferramenta de auditoria de acessibilidade online, que permite a avaliação de sites em tempo real. Embora a solução ofereça uma interface intuitiva para avaliação pontual de páginas web, identificamos limitações significativas para o contexto operacional da UFJF. As principais restrições estavam na ausência de mecanismos de personalização de regras, impedindo a adaptação a contextos específicos, e a escalabilidade restrita, com um limite operacional páginas a serem avaliadas por um endereço IP. Adicionalmente, a necessidade de inserção manual de URLs por avaliação tornava inviável a análise de grandes portfólios de sites, realidade da UFJF.

Testamos também a utilização do QualWeb (QUALWEB, 2020), que é a ferramenta de avaliação por trás do AccessMonitor, porém, esbarramos em limitações técnicas, semelhantes às encontradas no AccessMonitor, e principalmente, na falta de suporte na tradução de relatórios para o português, o que dificultaria a compreensão dos conteúdos da UFJF.

Diante dessas limitações, optamos por desenvolver um plugin de acessibilidade personalizado, que atendesse às necessidades específicas da UFJF e que fosse compatível com a infraestrutura tecnológica existente. Para auxiliar no desenvolvimento da API REST que gera os relatórios de acessibilidade, buscamos por ferramentas e tecnologias que avaliasse a acessibilidade do conteúdo DOM de uma página web.

Encontramos o IBM Equal Access Toolkit (IBMA, 2020), uma ferramenta de código aberto desenvolvida pela IBM, que permite a avaliação de acessibilidade de páginas web em tempo real, com suporte às diretrizes de acessibilidade. A ferramenta oferece o accessibility-checker (IBM, 2020) um pacote Node (FOUNDATION, N., 2009) que permite a testes automatizados de acessibilidade. o pacote permite também a personalização de regras a serem avaliadas, porém, a dificuldade de integração com a nossa API, e a falta de suporte para o português, impediu de seguirmos com essa ferramenta.

A ferramenta da qual decidimos utilizar foi o axe-core (SYSTEMS, 2015), a quarta ferramenta de avaliação de acessibilidade que testamos. O axe-core é uma biblioteca de código aberto, desenvolvida pela Deque Systems, que permite a avaliação de acessibilidade de páginas web. O ponto chave que nos fez optar por essa ferramenta, foi a facilidade de integração com a nossa API REST, a possibilidade de personalização de regras a serem avaliadas, e o suporte para o português, o que facilitaria a compreensão dos conteúdos da UFJF.

### 3.1.2 Desenvolvimento do Plugin

A segunda etapa consiste no desenvolvimento do plugin de acessibilidade, que integra tecnologias modernas de automação, análise técnica e processamento de dados. Para isso, optamos por utilizar a linguagem de programação JavaScript, em conjunto com o framework Express.js (FOUNDATION, O., 2010), que é um framework web para Node.js (FOUNDATION, N., 2009), que permite a criação de aplicações web de forma rápida e eficiente.

Para entendermos a integração com o WordPress Multi-Sites (FOUNDATION, W., 2024), precisamos entender o conceito de Endpoints, Rotas e o que significa Multi-Sites no contexto do WordPress. Um endpoint (IBM, 2024) é uma URL específica que é usada para acessar recursos em uma API, como por exemplo, uma lista de posts ou páginas de um site. Uma rota (WIKIPEDIA, 2025) é um caminho específico que é usado para acessar um endpoint, e é definida no arquivo de rotas da aplicação. O WordPress Multi-Sites é uma funcionalidade do WordPress que permite a criação de vários sites a partir de uma única instalação, e cada site possui um ID único e um domínio específico, além de possuir seu próprio conjunto de posts e páginas.

## Referências

- ABNT. NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. In: ASSOCIAÇÃO Brasileira de Normas Técnicas. [S.l.: s.n.], 2015. Disponível em: [https://acessibilidade.unb.br/images/PDF/NORMA\\_NBR-9050.pdf](https://acessibilidade.unb.br/images/PDF/NORMA_NBR-9050.pdf).
- BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm). Acesso em: 20 fev. 2025.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Glossário de Acessibilidade**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/gestao-na-camara-dos-deputados/responsabilidade-social-e-ambiental/acessibilidade/glossarios/glossario.html>. Acesso em: 13 fev. 2025.

CARVALHO, Vinícios; CAGNIN, Maria; PAIVA, Débora. Avaliação de Acessibilidade de Web Sites de Governos Estaduais do Brasil. In: ANAIS do XIII Simpósio Brasileiro de Sistemas de Informação. Lavras: SBC, 2017. P. 116–123. DOI: 10.5753/sbsi.2017.6033. Disponível em: <https://sol.sbc.org.br/index.php/sbsi/article/view/6033>.

FOUNDATION, Node.js. **Node.js**. [S.l.: s.n.], 2009. Disponível em: <https://nodejs.org/>.

FOUNDATION, OpenJS. **Express**. [S.l.: s.n.], 2010. Disponível em: <https://expressjs.com/>.

FOUNDATION, WordPress. **WordPress**. [S.l.: s.n.], 2003. Disponível em: <https://wordpress.org/>.

\_\_\_\_\_. **WordPress Multisite / Network**. [S.l.], 2024. Disponível em: <https://developer.wordpress.org/advanced-administration/multisite/>.

GOVERNO FEDERAL BRASILEIRO. **eMAG - Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico**. [S.l.], 2004. Disponível em: <https://emag.governoeletronico.gov.br/>.

IBM. **Accessibility-Checker**. [S.l.: s.n.], 2020. Disponível em: <https://www.npmjs.com/package/accessibility-checker>.

\_\_\_\_\_. **O que é um endpoint de API?** [S.l.], 2024. Disponível em: <https://www.ibm.com/br-pt/topics/api-endpoint>.

IBMA. **IBM Equal Access Accessibility Checker**. [S.l.: s.n.], 2020. Disponível em: <https://github.com/IBMa/equal-access>.

IETF. **JSON Web Token (JWT)**. [S.l.], 2015. Disponível em: <https://tools.ietf.org/html/rfc7519>.

LLC, Google. **Puppeteer**. [S.l.: s.n.], 2017. Disponível em: <https://pptr.dev/>.

MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA, AMA - Agência para a. **accessmonitor**. [S.l.: s.n.], 2021. Disponível em: <https://accessmonitor.acessibilidade.gov.pt/>.

QUALWEB. **QualWeb**. [S.l.: s.n.], 2020. Disponível em: <https://qualweb.di.fc.ul.pt/evaluator/about>.

RED HAT. **O que é uma API REST?** [S.l.], 2023. Disponível em: <https://www.redhat.com/pt-br/topics/api/what-is-a-rest-api>.

SYSTEMS, Deque. **axe-core**. [S.l.: s.n.], 2015. Disponível em:  
<https://github.com/dequelabs/axe-core>.

W3C. **Web Content Accessibility Guidelines (WCAG) 2.2**. [S.l.], 2024. Disponível em: <https://www.w3.org/TR/WCAG22/>.

WIKIPEDIA. **Routing**. 2025. Disponível em:  
<https://en.wikipedia.org/wiki/Routing>. Acesso em: 20 fev. 2025.